

## A TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO POVO MUNDURUKU: TERRA INDÍGENA COATÁ-LARANJAL EM BORBA – AMAZONAS

**Estélio Lopes Cardoso**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG  
Porto Velho, Rondônia, Brasil  
[esteliocardoso70@gmail.com](mailto:esteliocardoso70@gmail.com)

**Ytanajé Coelho Cardoso**

Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE  
Manaus, Amazonas, Brasil  
[ytanaje\\_2011@hotmail.com](mailto:ytanaje_2011@hotmail.com)

**Ana Paulina Aguiar Soares**

Universidade Estadual do Amazonas – UEA  
Departamento de Geografia, Manaus, Amazonas, Brasil  
[apsoares@uea.edu.br](mailto:apsoares@uea.edu.br)

**Adnilson de Almeida Silva**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG  
Porto Velho, Rondônia, Brasil  
[adnilson@unir.br](mailto:adnilson@unir.br)

### RESUMO

O propósito deste trabalho é apresentar a noção de territorialidade a partir da percepção do povo Munduruku, que vive no município de Borba, estado do Amazonas, e analisar, sobretudo, as relações do modo de pensar o lugar atualmente. Evidencia-se que o território consiste em um espaço de pertencimento étnico, no qual estão inseridos os fenômenos históricos tanto concreto quanto abstrato, preservados na paisagem territorial indígena. O pertencimento cultural, simbólico e social que um determinado povo originário estabelece com seu meio de viver se dá pela permanência do lugar. Os Munduruku, neste sentido, são os verdadeiros sujeitos que estabeleceram essa ligação com a natureza, sendo ela entendida como parte do corpo humano que precisa ser cuidado. Este trabalho se insere nos estudos de grande importância na Geografia Cultural e, como resultado, mostra que o espaço vivenciado pelo Munduruku carrega um autocuidado ancestral, principalmente sobre a terra, visto por meio cultural e por experiência subjetiva étnica. As reflexões e os resultados encontram-se ancorados na pesquisa qualitativa, mediante abordagem que considera as relações e experiências (vivas e subjetivas) das pessoas e do coletivo com seus respectivos significados.

**Palavras-chave:** Amazônia. Espaço Indígena. Identidade. Percepção Territorial. Povo Wuy jugu.

### TERRITORIALITY FROM THE PERSPECTIVE OF MUNDURUKU PEOPLE: COATÁ-LARANJAL INDIGENOUS LAND IN BORBA - AMAZONAS STATE

### ABSTRACT

The purpose of this work is to present the notion of territoriality from the perception of the Munduruku people who live in the municipality of Borba, State of Amazonas, and to analyze, above all, the relations of the way of thinking the place currently. It is evident that the territory consists of a space of ethnic belonging where both concrete and abstract historical phenomena are inserted and preserved in the indigenous territorial landscape. The cultural, symbolic and social belonging that a particular original people establishes with their means of living occurs through their permanence in the place. The Munduruku people, in this sense, are the true subjects that established this connection with nature, understood as part of the human body that needs to be taken care of. This conception does not differentiate them from

other peoples. This work is part of studies of great importance in cultural geography and, as a result, it shows that the space experienced by Mundurukus carries on an ancestral self-care mainly on the earth, seen through cultural and subjective ethnic experience. The reflections and results are anchored in qualitative research, through a phenomenological approach that considers the relationships and experiences (lived and subjective) of people and the collective with their respective meanings.

**Keywords:** Amazon. Indigenous Space. Identity. Territorial Perception. Wuy jugu People.

## INTRODUÇÃO

À luz da Geografia Cultural, com apoio de estudos antropológicos e sociológicos, este trabalho apresenta uma breve discussão acerca das noções sobre a identidade, território e os valores ancestrais (cultura, sociabilidade, espiritualidade, dentre outros) do povo indígena Munduruku, da terra indígena Coatá-Laranjal (TICL), situada no município de Borba, no estado do Amazonas.

Neste sentido, é necessário apontar a maneira pela qual os indígenas que habitam essa região entendem seu território e como esse entendimento se desdobra em ações da vida cotidiana. O conhecimento Munduruku (referenciados na literatura acadêmica como Weidyenye, Paiquize, Pari, Maytapu e Caras-Pretas, e autodenominados Wuyjuyu ou Wuy jugu) sobre o modo de pensar a territorialidade mostra uma visão de convivência e experiência que vai além da delimitação espacial.

É sabido que os povos indígenas no Brasil têm sofrido muitos ataques em relação ao seu território, sendo vistos, principalmente, por aqueles que não os apoiam, como “atraso” para o país, no que se atém ao chamado desenvolvimento econômico. Mesmo já comprovado pelos antropólogos que a cultura indígena é o segredo que mantém a floresta em pé por milênios, a investigação da pesquisa que fundamentou este artigo foi no sentido de apresentar a visão territorial indígena a partir do próprio povo, de maneira mais clara na percepção Munduruku, devido ao seu valor cosmogônico e cósmico de mundo.

A Geografia Cultural possibilita compreender essa diversidade que as relações humanas, tal como os Munduruku, têm com a natureza, principalmente da visão geográfica sobre o modo de interpretar as relações socioespaciais. Isso é possível pela interlocução enquanto pesquisadores indígenas Munduruku, que analisam essa perspectiva tanto de modo interno quanto de modo externo, mediante atuação participativa junto com o povo nesse processo, em virtude dos dois primeiros pesquisadores serem indígenas e precisarem se deslocar até a zona urbana onde está situada a Universidade, e como um marco histórico protagonizam a própria história na ciência brasileira.

A partir disso, a temática possibilita aos Munduruku saberem qual a sua visão de território e como esta se estabelece no seu modo de pensar em relação à natureza e ao espaço vivido de suas experiências. Sob tal perspectiva, Regina (2011, p. 3) afirma que o espaço “não é uma categoria autônoma e tampouco ‘pura’. É uma variável inseparável do modo de viver, pensar e sentir de um povo. Ele é engendrado em íntima articulação com as expressões corporais subjetivas e afetivas”.

Contudo, este trabalho vem mostrar a desconstrução do pensamento capitalista de ver a natureza e, principalmente, o território indígena, como produtor de riqueza, na visão do *pariwat* (não indígena), o que contrasta, assim, com a noção de terra considerada para o indígena, tal como a vivência, valores culturais e espirituais, sociais e políticos e como a floresta é respeitada e protegida, um lema que tem sido muito enfatizado, não só pelo Munduruku, mas por todos os povos originários do país.

O objetivo geral deste estudo é analisar, à luz da Geografia Cultural, a relação entre identidade e territorialidade no espaço sociocultural e geográfico dos Munduruku do Amazonas. E é seguido de dois objetivos específicos: apresentar a ideia de territorialidade a partir da visão do povo Munduruku e entender as relações Munduruku sobre o modo de pensar o lugar atualmente.

## PERCURSOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

A metodologia está centrada em uma pesquisa qualitativa, em conformidade com os postulados de Spósito (2004). Trata-se do estudo das relações e experiências vividas, as experiências subjetivas das pessoas e os significados. Acrescenta-se, em tal contexto, o coletivo e suas representações postas no mundo por meio de sua cosmovisão e de sua cosmogonia.

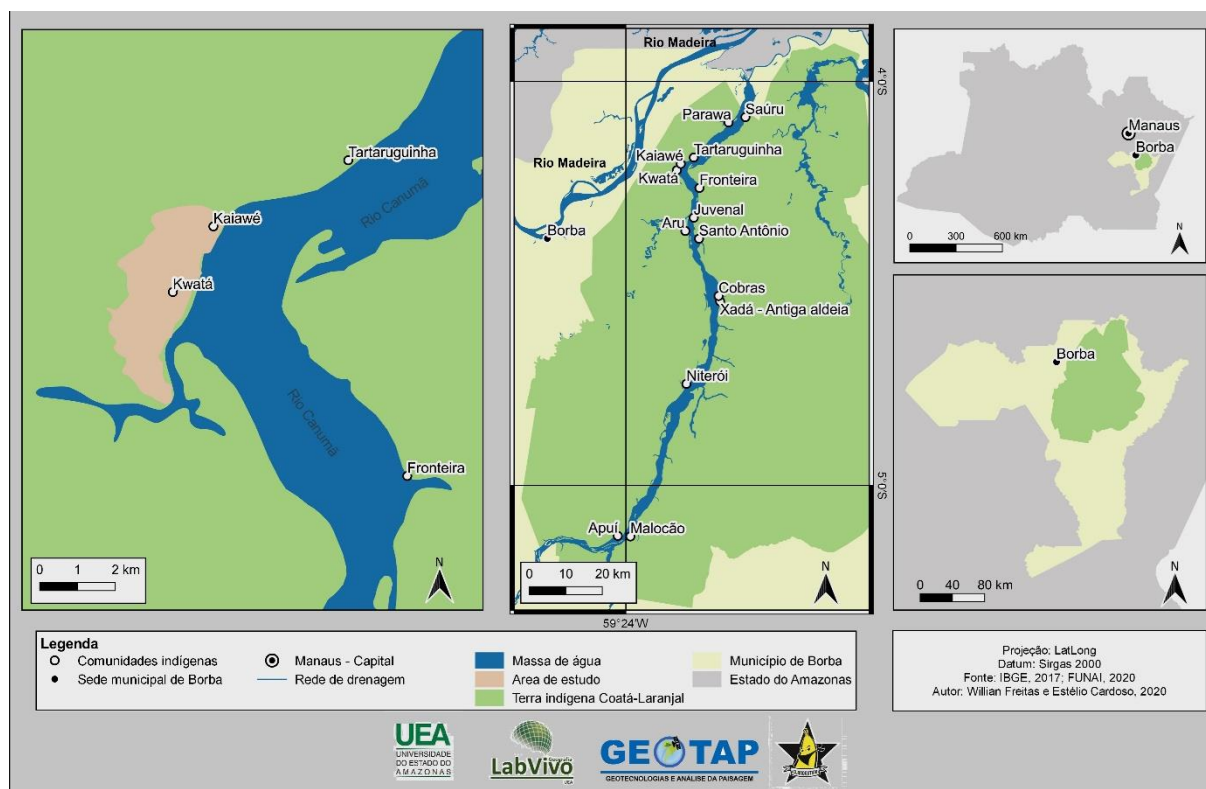
Para tanto, foi realizada a pesquisa de campo fundamentada na pesquisa participante (vez que os dois primeiros autores são indígenas pertencentes ao povo Munduruku). A pesquisa participante, de acordo com Chizzotti (2005), faz uma abordagem por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno

observado, com destaque para as entrevistas abertas diretivas, acompanhadas de um formulário de perguntas. Já Colognese e Mélo (1998) demonstram que o entrevistador tem uma participação mais ativa, pode fazer perguntas adicionais para elucidar as questões e ajudar a comunicar melhor o contexto.

Ainda que dois autores do artigo sejam Munduruku e habitantes da TICL, antes que o trabalho de campo fosse posto em prática, foram seguidas as normas legais de autorização do Comitê de Ética, exigidas pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), conforme instrui a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012; 2016)). Foi expedida a carta de autorização pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pelas terras indígenas no Brasil e, por fim, feita a carta de anuência para o cacique, com a solicitação de consentimento para a execução da pesquisa.

A pesquisa de campo foi feita na aldeia Kwatá, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 (Figura 1). Durante esses dias foram utilizados alguns recursos e ferramentas, tais como telefone celular para registro fotográfico, caneta e agenda de anotações dos dados coletados, formulário impresso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para os participantes de 15 entrevistas, baseadas nas diretrizes, conforme exige a legislação. Os deslocamentos entre os diversos núcleos comunitários foram realizados em uma canoa com motor rabeta (um meio de transporte fluvial na Amazônia). No caso específico do presente artigo, foram utilizadas apenas cinco entrevistas, até em razão da limitação de espaço para a publicação.

Figura 1 - Território ancestral dos Munduruku, do Amazonas.



**Organizadores** - FREITAS, W. e CARDOSO, E.L. (2020).

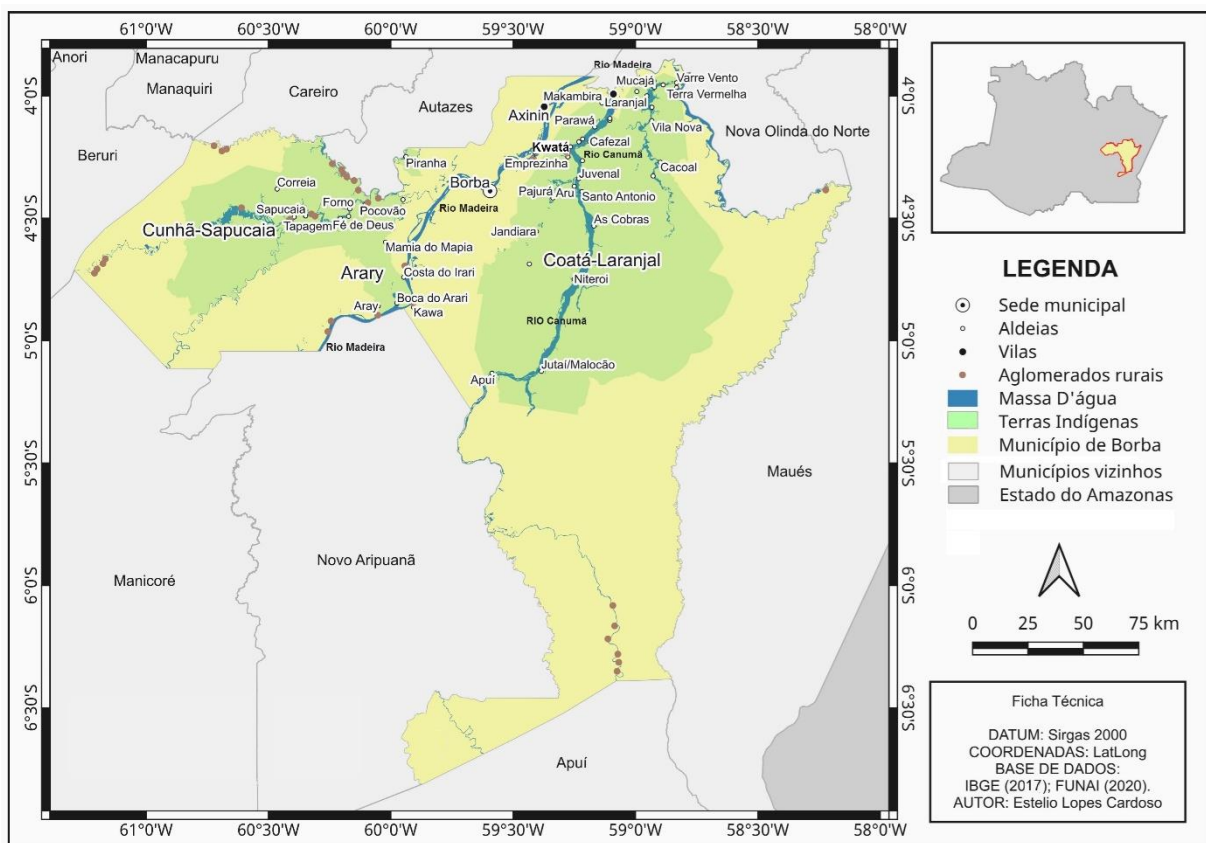
O trabalho de pesquisa anterior ao campo foi iniciado em agosto de 2019, com estudos bibliográficos no âmbito da Geografia Cultural e da Antropologia. É importante destacar que este estudo nasceu de um projeto de Iniciação Científica/IC, ainda na graduação, na Universidade do Estado do Amazonas, financiado pela CAPES. Essa pesquisa acabou sendo direcionada para a construção de uma proposta para o mestrado, de maneira que pudesse investigar, com mais detalhes, a compreensão (ou compreensões) de territorialidade na Terra Indígena Coatá/Laranjal.

Assim, procurou-se identificar o conceito de cultura em Claval (2007); terras, territórios e territorialidade em Gallois (2004), Haesbaert (2004) e Bonnemaïson (1981); geosímbolos em Bonnemaïson (2002); territorialidade humana em Sack (1986); geograficidade em Dardel (2011) e marcadores territoriais em Almeida Silva (2010; 2015a; 2015b). Nos estudos antropológicos, buscou-se também autores que discutem os conceitos de identidade e diferença, como em Hall e Woodward (2014); reconquista da terra, tratada por Oliveiro et al. (2002) e, sobretudo, acerca da cosmovisão Munduruku em Scopel, Dias-Scopel e Langdon (2018).

O trabalho de campo na aldeia Kwatá recebeu o apoio do cacique M.L.C. Munduruku e das pessoas, que de espontânea vontade aceitaram participar das entrevistas. De antemão, optou-se por entrevistar 15 pessoas da aldeia, incluídos os moradores com idade acima de 60 anos, por sua experiência de vida mais longa, e professores de quaisquer idades, por serem sujeitos transformadores da educação na aldeia. A observação empírica foi fundamental para sentir a percepção geográfica no espaço e identificar a importância da territorialidade para o povo Munduruku. Finalmente, foi feita a sistematização do que foi coletado, dos mapas, bem como do processo de escrita do presente artigo.

Ressalta-se que, apesar de mostrar a localização do território indígena Munduruku de modo geral e embasado todo um estudo por meio da análise bibliográfica e da observação empírica, optou-se pelo termo aldeia, em razão de ser a Kwatá a referência, em específico, por esta ser o centro das decisões na região do Rio Canumã, no interior da Terra Indígena Coatá/Laranjal (Figura 2); a referida aldeia localiza-se na margem esquerda do Rio Canumã.

Figura 2 - Aldeia Kwatá na margem esquerda do Rio Canumã.



Organizador - CARDOSO, E.L. (2020).

Com base nas informações cartográficas sobre a localização da TICL e da aldeia Kwatá, traz-se à tona, principalmente, o conceito de territorialidade que estrutura o artigo, acompanhado de seus resultados e discussões.

## APONTAMENTOS SOBRE OS CONCEITOS E SUA RELAÇÃO COM OS INDÍGENAS

A relação do povo indígena com a natureza evidencia que o território ancestral é de grande relevância para a ampliação do conhecimento sociocultural e geográfico existente na região amazônica. O território é o marco histórico de um povo, nele se observa um início sociocultural dos antepassados originários, ou seja, existia a Amazônia indígena antes da chegada dos europeus, ao que hoje é conhecido como Brasil.

Não se pode deixar de levar em consideração que o território é composto de valores culturais, sociais e espirituais, os quais ocorrem por meio dos etnoconhecimentos e etnossaberes dos povos indígenas, que compartilham, desde tempos remotos, suas vivências, cosmovisões, percepções e reciprocidade mútua com o meio em que vivem — dele abstraem elementos e fenômenos indispensáveis a seus modos de vida, o que pode ser entendido como “geossímbolo”, na perspectiva de Bonnemaïson (2002) ou como “marcadores territoriais”, na afirmação de Almeida Silva (2010; 2015a, 2015b), visto que sua construção decorre:

[...] a partir dos símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definem territorialidades vinculadas à cosmogonia e experiências socioespaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário. [...] são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos (ALMEIDA SILVA, 2010, p. 106).

Antes de tudo, a análise sobre a identidade do território Amazônico trata de um lugar, que por meio de seus artefatos, mostra que a região que passa a ser denominada Amazônia já era habitada há mais de 10 mil anos, e tudo que foi encontrado até agora pelos estudos científicos só permitiu compreender que, em todo território da Amazônia brasileira, os sinais materiais e imateriais da cultura indígena estão marcados como relíquias artesanais da natureza, de modo que se caracteriza como “marcadores territoriais”.

Neste sentido, apresenta-se a terra preta, que é um solo arenoso e muito rico em nutrientes orgânicos. Em conformidade com Pessoa Junior et al. (2012, p.2), “um exemplo claro desta manifestação cultural sobre a construção da paisagem é o aparecimento de solos escuros com fragmentos cerâmicos, conhecido como Terras Pretas Antropogênicas ou Arqueológicas, ou regionalmente como Terras Pretas de Índio”. Os estudos demonstraram que esse solo teve origem em razão das deposições de gêneros alimentícios, utilizados pelos ancestrais indígenas que habitaram a região no passado, e são nesses solos que se encontram as expressões artesanais indígenas, como artefatos utilizados em seu cotidiano (vasilhas de barro, cerâmicas, urnas funerárias, dentre outros).

É uma verdadeira marca da territorialidade e de identidade, visto ser o solo onde os ancestrais permaneciam e onde se encontravam os artefatos. Sobre o sentido de identidade, Wagner (2010, p. 37) afirma que a “cultura se tornou uma maneira de falar sobre o homem, quando visto sob uma determinada perspectiva”. Várias das cidades amazônicas, por exemplo, foram construídas em locais que abrigavam aldeias, como é o caso de Manaus, capital do Amazonas, que era o lugar dos indígenas da etnia Manaó que, como vários outros, foram dizimados impiedosamente pelos colonizadores.

Logo, percebe-se uma territorialidade caracterizada pela presença indígena desde muito antes da chegada dos colonizadores e, até hoje, essa marcação territorial continua registrada na paisagem e no espaço da região Amazônica.

De acordo com Murphy e Murphy (1954, p. 10), o povo Munduruku era conhecido como os espartanos da Amazônia, por serem guerreiros, conhecidos também como cortadores de cabeça, de acordo com Santos (1995, p. 11), e toda batalha que enfrentavam se tornavam continuamente vencedores. Como ato de celebrar a vitória, a cabeça de seus inimigos se transformava em troféu, que era também um ritual próprio da cultura Munduruku e um meio de delimitar o território contra seus inimigos. Os mais antigos relatavam o que viram e ouviram como, por exemplo, E.C.C. Munduruku, a única viva dessa geração, com 102 anos de idade, em 2020, ano em que foi feita a pesquisa de campo, afirmou que:

Meus filhos, ainda cheguei a ver meus tios e primos, todos falantes da língua Munduruku e nós usávamos as próprias vestimentas, também vi quando eles (Munduruku) guerreavam, eu era menina e todo mundo obedeciam ao Tuxaua, ele era soberano e ninguém lhe contrariava. A Antônia, minha cunhada, também presenciou tudo, se ela tivesse viva confirmaria o que estou te falando. Antônia Cardoso Munduruku já é falecida, na atualidade só resta eu com 102 anos de idade como a única anciã mais antiga do povo Munduruku da T.I. Coatá-Laranjal.

Estas memórias, descritas pela anciã, transportam para a definição de Gallois (2004, p. 9) que “O espaço pode ser o ponto de partida para pensar o território, enquanto suporte físico que é territorialidade: relações são estabelecidas, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições, fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial do grupo que territorializa uma dada porção de espaço”. Na visão indígena, o território é concebido pelo esforço coletivo, com isso não há dúvida de que a superfície é o limite de conhecimento e defesa do indígena, ele por si próprio já tem, no seu imaginário cartográfico, dado espaço, ou seja, o lugar da liberdade, da naturalidade nativa e o pensamento inato, que faz dele um sábio da floresta, “o que para nós, indígenas, o território também é composto de subjetividades, sentidos e representações simbólicas presentes na organização social, cultural e espiritual, mediante as relações que estabelecemos com a terra e o território” (I. Munduruku).

Neste sentido, a territorialidade é um elemento da condição sobre a terra em seu procedimento de construção social e territorial, o que transporta à concepção, à percepção, às experiências, às vivências, aos sentidos e às representações contidas nos modos de vida e na relação pessoal e coletiva, o que dá o significado proposto em Sack (1986, p. 05; 21), segundo o qual a:

Territorialidade para humanos é compreendida como uma estratégia geográfica poderosa de controle de pessoas e coisas, assim como de áreas. Territórios políticos e propriedade privada da terra podem ser suas formas mais íntimas, mas as territorialidades advêm de graus variados em variados contextos sociais. Seu uso ocorre em relações de cotidianidade e em organizações complexas. Territorialidade se revela como uma expressão geográfica primária de poder social. [...] territorialidade possui uma forma de comunicação. De fato, envolve um marcador ou pode assinar como é achado comumente em um limite. [...] Um limite territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma afirmação sobre a direção em espaço e uma confirmação sobre posse ou exclusão.

A relação intrínseca que o povo Munduruku estabelece com a terra é mediada pela espiritualidade e cosmogonia, que orientam as atividades do coletivo e da cultura. Assim, os rituais são celebrados em agradecimentos “à vida, à fartura de alimentos das roças, dos peixes, das caças, dos frutos e da floresta, esses elementos que constituem a nossa cultura. A nossa territorialidade não está desvinculada da cultura, do pertencimento e da relação que possuímos com a terra, nossa grande provedora da vida” (M. Munduruku). Esta percepção dialoga com o descrito pelo geógrafo Dardel (2011, p. 48), que assim afirma:

[...] a ligação do homem com a terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. A geografia é mais do que uma base ou elemento. Ela é um poder. Da terra vêm as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam sua existência social e seu próprio comportamento, que se misturam com sua vida orgânica e psíquica, a tal ponto que é impossível separar o mundo exterior dos fatos propriamente humanos.

Esta conexão com a terra é sentida, percebida e vivenciada pelo povo Munduruku, visto que seu entendimento sobre os conhecimentos originários ou etnoconhecimentos são resultantes do modo de vida existente *interna corporis*, como coletivo humano em sua relação de contato com outros povos, mediante práticas culturais distintas, simboliza o pertencimento identitário. Neste sentido, a cultura — na qual estão presentes a língua, os rituais, as espiritualidades e etnoconhecimentos manifestados, de modo que se compreende e concorda com Claval (2007, p. 63) ao defini-la como:

[...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram.

Ao concordar com a ponderação do autor, tem-se que os saberes, conhecimentos, experiências e vivências realizam os valores internos de determinada cultura, além de possibilitar o diálogo frente a outras coletividades, de modo que a cultura se estabelece como “um dado fundamental na compreensão dos lugares. Ela permite perceber os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham” (CLAVAL, (2007, p. 210).

Por sua vez, o intercâmbio cultural possibilita a sociabilidade entre povos distintos, de modo que a cultura é dinâmica — ainda que em muitas ocasiões possa ser contraditória ou conflituosa — tanto no

âmbito interno quanto externo, cuja operacionalização ocorre no espaço/território, em virtude de neste(s) ser(em) realizada(s) as ações promovidas pelos seres humanos. Tal constatação sobre esses intercâmbios (necessários na atualidade, como o acesso à educação, à saúde e às tecnologias, por exemplo), assim como os conflitos que marcam os encontros de sociedade estão presentes na vida dos Munduruku, desde antes dos contatos, visto se tratarem de concepções e apreensões distintas de mundo e têm contribuído para alguns aspectos de hibridização cultural, novas representações e perspectivas quanto à cultura e à própria territorialidade.

Neste sentido, se antes a territorialidade era ampla, livre e sem injunção jurídica, hoje, para nós, enquanto povo Munduruku do Amazonas, é restrita. Todavia, está alicerçada nas percepções e nos registros memoriais do que os nossos anciãos narraram ao longo de suas vidas, e se faz entender que o território, além de ser um espaço demarcado, é também um lugar de vida não só do ser humano, mas de toda vida existente nele, conforme expressou, em entrevista, em 2020, o cacique M.L.C. Munduruku:

Entendemos que o território tem abastecimento de grande madeira e por isso temos que preservar ela, também na questão terrestre os animais que vive dentro do território e tudo que nela existe como até mesmo nós, precisamos da floresta até porque esse ar livre é das matas virgens e não tem uma gravidade de respiração com a questão do nosso ar natural. Nós nos sentimos livres por isso, muita das vezes a nossa territorialidade também, né! E na área geográfica existe também os seres viventes que são os peixes de toda espécie e assim como outros animais também (Entrevistado: M.L.C. Munduruku).

Para o Munduruku, tudo é vida quando se respira, o homem não está acima dos demais seres, a única diferença é que o homem possui um conhecimento maior das outras espécies, já o indígena tem esse legado porque sua visão permite que a natureza se torne parte do seu corpo e isso é notável na narrativa do cacique M.L.C. Munduruku.

Na análise sobre territorialidade e pertencimento étnico, realizada por Scopel, Dias-Scopel e Langdon (2018, p. 103), os autores consideram que “[...] a relação entre etnicidade e território aponta para desdobramentos que vão além da delimitação espacial, destacando, para tanto, a relação intrínseca entre ambiente e saúde, dentro de uma perspectiva cosmográfica Munduruku”. Deste modo, o território é atribuído ao valor mútuo porque representa sentimento e cuidado; isso é visto no importante relato sobre ensinamentos e valor de sentimento atribuído ao lugar observado na descrição de I. Munduruku, umas das moradoras da aldeia. Em entrevista realizada em 2020, ela diz:

Nós valorizamos muito a nossa terra, por isso que trabalhamos muito com o jovem na questão de proteção da terra, porque se não o jovem pode não querer sentir o mesmo valor que nós sentimos, a terra representa a vida para nós. (Entrevistada: I. Munduruku).

Em outras palavras, a narrativa acima apresenta relevantes elementos e fenômenos que explicam a relação que, desde cedo, os Munduruku estabeleceram com a terra e o território, de modo que se aproxima da reflexão promovida por Haesbaert (2004, p. 42), ao ponderar que há:

[...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Esse afeto é sempre falado por todos os moradores da aldeia. As pessoas colocam suas narrativas memoriais do passado para os filhos, netos e bisnetos ouvirem, e o cuidado é sempre visado por todas as falas como “nosso”. “A territorialidade se constituiu numa memória viva, herdada dos nossos antepassados, na qual nós, Munduruku, vivemos e diretamente vinculamos à coletividade em nossas aldeias. O território se dá precisamente para o nosso sustento, ou seja, tirar sem degradar o lugar, isto é, consiste em sua proteção e valorização” (I. Munduruku).

A terra e o território na reflexão de M.L.C. Munduruku está vinculado a suas existências, pois, “temos essa visão porque a área territorial por direito étnico sempre pertenceu a nós, mas pelas leis do Estado, não” (NOME DE QUEM DISSE). Somente após muitas lutas e reivindicações é que a terra foi decretada (Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, homologada definitivamente pelo Decreto s/nº, de 19 de abril de 2004 e registrada na Secretaria de Patrimônio da União – SPU, em 20 de outubro de 2004, com a certidão nº 31/04), com isso é considerado um marco na reconquista de sua própria terra no

Amazonas. O título de terra garantida pelo Estado brasileiro dá ao povo Munduruku o direito de usufruir da subsistência para a sobrevivência física e espiritual, conforme destaca a geração mais jovem, como é o caso do professor A. Munduruku, na entrevista em 2020, que afirmou:

Com relação à territorialidade, é uma das coisas muito importante, né? [...] é dali que se tira tudo para a subsistência do povo. E o território é um limite que está seguro, ali que assegura muito a permanência, né! [...] o índio tem a terra dele, já tá delimitado, já tá marcado, e com isso só tem a zelar, porque é dali que sai tudo o que ele precisa, a roça e a comida.

O argumento utilizado pelo professor A. Munduruku é profundo e elucidado à medida que apresenta subjetividade e materialidade, que estão conectadas ao sentido de pertencer à terra, da própria existência, de modo que se aproxima no enunciado de espaço e território, exposto por Bonnemaïson (1981, p. 261-262):

Portanto, espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano.

Este pertencimento é demonstrado na perspectiva de E.L.C. e Y.CC, os dois primeiros autores do presente artigo “como povo originário que somos, a terra para nós é um símbolo de luta e um importante marcador territorial e socioespacial, visto que se observa que todos mantêm o discurso e afirmação da identidade territorial, o quanto é significativa na vida indígena”. Cada entrevistado exerce um papel fundamental, a começar pelo cacique, na maneira como conduz o povo, na sabedoria e por liderá-lo, depois os moradores mais antigos que têm função de ensinar os jovens sobre a importância do território e, por fim, o professor indígena A. Munduruku engajado na educação e pela defesa da terra, todos juntos formam um coletivo, o que para ele “a natureza é a nossa chave onde podemos guardar o conhecimento que nos torna especialista cósmico em compreender o território na sua dimensão simbólica, cultural, sensitiva e perceptível Munduruku. Esta nossa condição de compreensão é uma decisão coletiva do posicionamento ancestral”, de modo que o pensar indígena representa na perspectiva de Teixeira (2016) como uma nova tomada filosófica e ética de consciência do mundo, diferentemente do que ocorre no mundo individualista e consumista.

Do ponto de vista dos Munduruku sobre o modo de pensar a sua territorialidade, nunca mudou o posicionamento de ver a floresta e têm a constante preocupação de proteger o bem sagrado, uma vez que para nós, povo indígena, “o território é vida, é sustento, é espaço de relações e de convívio”, destacado em muitas das abordagens dos entrevistados. De tal modo, identifica-se com clareza que o “Território é, pois um novo paradigma que responde a certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores” (MEDEIROS, 2018, p. 218).

Como em muitas sociedades em que ocorrem mudanças no espaço, o Munduruku não se diferencia, porque somos povos em constantes transformações, principalmente no lugar em que vivemos. Essa mudança do espaço ocorre por meio da interação do homem com a paisagem. Na aldeia identificou-se a mudança do lugar de moradia das pessoas por múltiplas razões, em virtude de que “cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição é uma imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças” (SAQUET e SILVA, 2008, p. 7).

Isso é um ponto positivo, porque mostra que cada vez mais os povos indígenas conquistam seu espaço por meio das lutas. De acordo com a Figura 3, constata-se como era a aldeia Kwatá em 1982, um lugar que apresenta memórias significativas de sua época; todas as residências foram construídas à base de madeira e palha, de modo a caracterizar uma casa convencional, com alguns elementos arquitetônicos comuns à população tradicional (ribeirinha) da Amazônia.

A Figura 4 mostra o cenário da aldeia de 2020, captada do mesmo ângulo da imagem anterior. Apresenta elementos introduzidos na arquitetura e na paisagem, com casas em madeira, cobertas de telha amianto, construções em alvenaria e caminhos cimentados. O que é comum nas duas imagens diz respeito à energia elétrica, porém, nos dias atuais, com maior qualidade, o que permite aos Munduruku melhor acesso ao exterior da aldeia, uma vez que isto facilitou inclusive as



telecomunicações, de modo que pode se falar que há um hibridismo que ocorre no território, como resultado do processo proveniente da modernidade.

Figura 3 - Aldeia Kwatá em 1982.



Fonte - Ezequias Heringer Filho, 1982. Imagem 18 de 23.

Figura 4 - Aldeia Kwatá em 2020.



Fonte - Cardoso, E.L., 20 nov. 2020.

As mudanças ocorridas no lugar geram um pouco de preocupação para os Munduruku, ora percebidas como positivas, ora como negativas, sobretudo no meio cultural, conforme o relato de alguns que estão preocupados, como é o caso afirmado, em 2020, pelo professor A. Munduruku, em entrevista:

Observo através da forma de convivência. Então cada tempo que se passa a forma de convivência começa a mudar. Vindo a nova geração, já começa a esquecer de toda aquela tradição do passado e com isso nós temos que fazer com que a nova geração fique conhecendo todas as formas desse novo conhecimento. Então pra isso nós temos que descobrir formas para que possam adaptar também com o novo sistema atual. E com isso a geração começa também a se influenciar nas formas técnicas também para poder fazer essa aliança de conhecimentos para que eles também possam concorrer uma vida igualmente do povo não indígena.

De fato, “a T.I. ocupada pelo povo Munduruku, ao qual pertencemos, faz limites com dois municípios amazonenses, Nova Olinda do Norte e Borba, respectivamente” (A. Munduruku). Nesse contexto, as culturas indígenas e não indígena entram em contato umas com as outras e assim se hibridizam. O professor demonstra preocupação, mas também analisa alternativa, pois vale ressaltar que “nós, indígenas, vivemos em um mundo globalizado e precisamos obter compartilhamentos de outros conhecimentos como estratégia de luta externa, mas claro, leva-se em consideração, principalmente, o valor cultural Munduruku”.

Hoje em dia é comum compartilhar modos de saberes por meio cultural ou geográfico, conforme consideram Saquet e Silva (2008, p. 6): “sabendo que a cada dia o conhecimento amplia-se e diversifica-se, é preciso construir um sistema que permite identificar a totalidade dos processos, tal como eles se reproduzem na realidade, de forma a introduzir coerência e lógica na sua unidade”. Em relação ao descrito pelos autores, encontra-se semelhante no diálogo de I. Munduruku, entrevistado em 2020, ao observar dois pontos importantes: “Essa mudança me deixa um pouco preocupado principalmente com a chegada da energia e da internet, mas também vejo a melhora na educação de nossos filhos e também para nossa comunidade. Né!?”.

Para além destas questões levantadas, Cardoso (2018, p. 130) afirma que “embora saibamos que as relações econômicas e sociais emergentes estão mudando as formas de produção e reprodução dentro da estrutura social dos povos indígenas. Mas o que prevalece é a valorização do discurso ancestral nesse processo” (sic). Os Munduruku vivem essa mudança no seu espaço, por meio da tecnologia, mas também sabem que a educação de seus filhos, sobretudo a educação escolar, aos poucos está sendo desenvolvida na aldeia, que é justamente um modo de demonstração de que tanto a cultura indígena quanto a não indígena caminham lado a lado.

Para manter a cultura Munduruku viva nesse cenário de relações interculturais no território, os eventos culturais indígenas são os principais meios de manter o rito xamânico, conforme afirmou a professora M. Munduruku durante entrevista realizada em 2020: “Nós encontramos o modo de preservar através dos eventos culturais na nossa aldeia, para mim isso é um meio de preservar e levar em frente a cultura. Com isso, a cultura vem sendo preservada na escola, nas casas e eventualmente em outros espaços”.

Entende-se que tanto a paisagem quanto a cultura são fenômenos que não permanecem estáticos. A cultura porque é produzida no sentido sociocultural de um povo e sua tendência é escapar do tradicionalismo, pelo processo direto da hibridização. A paisagem porque tem influência direta do ser humano. Os povos indígenas são agentes que modificam apenas o seu lugar de convívio e onde será cultivado o plantio de roçado, e a alteração da paisagem na floresta é pouco visível se observada em imagem espacial.

O povo Munduruku mantém seu meio ambiente preservado, por ter a visão e compreensão da floresta como um corpo vivo e interligado. Saliencia-se que as mudanças na aldeia, ao receber estruturas organizacionais, é um direito constitucional, assim como muitas sociedades buscam por melhorias e infraestruturas, tais como saúde, educação, proteção e inclusão. O povo indígena também busca por esses mesmos benefícios, visto que o colonizador levou a essa transformação há mais de cinco séculos, ainda que a reivindicação de garantia de seus direitos seja, constantemente, negada pelo Estado brasileiro.

Deste modo, com a educação, os Munduruku entendem que se tornam mais defensores de sua terra e mantêm uma percepção da territorialidade como demarcada. Com isso, buscam constantemente preservar o meio étnico-cultural que rege sua força coletiva ancestral, na qual se assenta seus valores sociais, políticos, culturais e espiritualidades, como compreendem e manejam seu mundo, a partir de sua cosmovisão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda se trate de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, os resultados identificados até aqui, no presente estudo sobre o espaço territorial Munduruku, sua percepção de territorialidade e, principalmente, sua identidade na sociedade, são importantes para que se conheça o pensamento indígena, que aos poucos passou a ser objeto de análise científica, sobretudo a partir de sua história, geografia, antropologia e outros ramos do conhecimento humano, realizada pelos próprios indígenas. Assim, esta reflexão é de grande contribuição, visto ser produzida a partir da realidade e da experiência e vivência Munduruku.

Assim, entende-se que a ideia de território, para os Munduruku, apresenta um rumo promissor para as sociedades e, diretamente, para o nosso povo. Esse território corresponde a um universo memorável de representatividade, tanto de funções geográficas e sociais, quanto de políticas de pertencimento, sobretudo pelos símbolos de atribuição ao valor territorial. Nesse sentido, a identidade é afirmada pelas reivindicações históricas de um povo; isso também requer um símbolo de luta e reconhecimento das confirmações étnicas.

Neste estudo da paisagem cultural, aprendeu-se que o lugar representa muito mais do que uma simples floresta, onde não se pode apenas ver a parte física do solo, mas sim ampliar as visões para além do físico, do mundo concreto ou material propriamente dito. Na paisagem cultural podem ser percebidos sons, cheiros, odores, pessoas, objetos e os animais que preenchem esse espaço, que dá a vida aos seres existentes nesse ambiente.

São percepções que, enquanto seres vivos que interagem diretamente com a natureza, podem revelar o quanto a floresta é diversa e que tudo está ligado com os sentidos da audição, visão e olfato dos seres humanos. Na cultura Munduruku são perceptíveis no ato da caça, da pesca, da coleta extrativista, do manejo dos roçados, das atividades ritualísticas e das plantas que auxiliam nas curas dos males.

Portanto, a importância da Geografia Cultural nesse processo de observação da paisagem, do território e da cultura é fundamental, sobretudo porque a Geografia, como ciência, não estuda apenas a era evolutiva física da paisagem, também faz a interpretação da paisagem como lugar, em escala de milhões de anos, como por exemplo, a “terra preta de índio”, que através de sua vivência no ambiente, depositou muitos nutrientes orgânicos no solo, de modo que permitiu que fosse encontrado um valor cultural para a descoberta científica com relação à territorialidade da ancestralidade nativa. Também demonstrou como o passado paira no presente.

Por fim, deve-se considerar que as territorialidades, assim como as culturas, não são estanques. Elas se reinventam e hibridizam em decorrência das ações humanas, dos processos, dos fenômenos e elementos que são postos como desafios que se entrelaçam mediante às necessidades, imposições, resistências, resiliências, dentre outros fatores.

Com isso, é possível modelar o presente com ancoragem no passado como meio de possibilitar uma coesão sociocultural no interior de uma coletividade, ao tempo que se realizam as relações de exterioridades, como é próprio do mundo globalizado. Ainda que este possa ser uma ameaça, também pode ser a oportunidade de os povos originários externarem os riscos e ganharem aliados para suas causas, especialmente no que se refere às territorialidades e culturas. Para a reflexão final coloca-se a consideração das duas primeiras autorias deste artigo “como membros desse povo, sabemos a importância de fortalecer a coesão sociocultural, principalmente, na pesquisa científica, que seja pautada também nos saberes tradicionais indígenas que ainda restam na nação brasileira”.

## AGRADECIMENTOS

Gentilmente agradecemos ao povo Munduruku (autodenominados Wuyjuyu ou Wuy jugu) pela contribuição com suas entrevistas para a pesquisa. Ao Professor Doutor Hélio Rodrigues Rocha, da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, pela revisão textual da língua inglesa. À Professora Marivanda Gonçalves da Conceição, pela revisão textual, gramatical e ortográfica. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio ao projeto “Marcadores territoriais e representações geográficas amazônicas”, vinculado ao plano de trabalho “Desenvolvimento Socioeconômico-Ambiental, Território e Sustentabilidade no Sul da Amazônia”, Edital Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG/CAPES - Amazônia Legal).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, A. **Entre a floresta e o concreto**: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a. v.1. 244p. <https://doi.org/10.1590/2179-8087.026212>

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. 1.ed. Jundiá: Paco Editorial, 2015b. v.1. 291p.

ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. 2010. 301p. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná/SCT/ DG/PPGMDG, Curitiba, 2010.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p.83-131.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'Espace Géographique**, nº 4, 1981, 249-262. Doin, 8, place de l'Odéon, Paris: Université Paris VI, 1981. p.249-262. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/spgeo\\_0046-2497\\_1981\\_num\\_10\\_4\\_3673](https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1981_num_10_4_3673)>. Acesso em: 21 mar. 2021. <https://doi.org/10.3406/spgeo.1981.3673>

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan 1996. Seção 1, p. 265.

BRASIL. Decreto s/nº, de 19 de abril de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Coatá Laranjal, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr de 2004. Seção 1, p.5-6. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto69/FO-CX-69-4483-2012.PDF>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CARDOSO, Y.C. Habitus, dialogismo e resistência no discurso das últimas falantes da língua Munduruku do Amazonas. **Revista Moara Estudos Linguísticos**, n.50, ago/jun 2018, p.125-148. Disponível em <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/6808/5374>>. Acesso em: 25 mar. 2022. <https://doi.org/10.18542/moara.v1i50.6808>

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 16).

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012.

CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016.

COLOGNESE, S.A.; MÉLO, J.L.B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998, p.143–159.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1952].

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Tabelas de Terras Indígenas**. Brasília: FUNAI, 2020. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/tabela-de-terras-indigenas>. Acesso em: 22 dez. 2020.

GALLOIS, D.T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade? In: RICARDO, F. (Org.). **Terras Indígenas e Unidade de Conservação da Natureza**. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HERINGER FILHO, E. **Aldeia Coatá, no rio Canumã**. 1982. Image 18 of 23. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>>. Acesso em 10 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas**: Indígenas e Quilombolas, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p.217-227.

MUNDURUKU, A. **[A terra é a nossa segurança, nela vivemos nossa cultura]**. Borba: Terra Indígena Coatá-Laranjal, Aldeia Kwatá, 10 fevereiro 2020. Entrevista concedida a Estélio Lopes Cardoso.

MUNDURUKU, E. C. C. [As histórias de vivência do povo Munduruku]. Borba: Terra Indígena Coatá-Laranjal, Aldeia Kwatá, 12 fevereiro 2020. Entrevista concedida a Estélio Lopes Cardoso e Ytanajé Coelho Cardoso.

MUNDURUKU, I. [O sentimento de pertencimento do povo Munduruku da Terra Indígena Coatá-Laranjal]. Borba: Terra Indígena Coatá-Laranjal, Aldeia Kwatá, 25 janeiro 2020. Entrevista concedida a Estélio Lopes Cardoso.

MUNDURUKU, M. [As nossas vidas e culturas estão ligadas à conexão que temos com a terra]. Borba: Terra Indígena Coatá-Laranjal, Aldeia Kwatá, 12 fevereiro 2020. Entrevista concedida a Estélio Lopes Cardoso.

MUNDURUKU, M. L. C. [A importância do território Munduruku e da Terra Indígena Coatá-Laranjal]. Borba: Terra Indígena Coatá-Laranjal, Aldeia Kwatá, 27 janeiro 2020. Entrevista concedida a Estélio Lopes Cardoso.

MURPHY, R.; MURPHY, Y. As condições atuais dos Mundurucus. **Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará**, n.8, 1954, 44p.

OLIVEIRO, C. F. P. et al. (Org.) **Kwatá-Laranjal: história e reconquista da terra**. Manaus: SEDUC/AM, 2002.

PESSOA JUNIOR, E. S. F.; SOUZA, W. B.; SOUZA, K. S.; SILVEIRA PIO, M. C.; SANTANA, G. P. Terra preta de índio na região amazônica. **Scientia Amazonia**, v. 1, n.1, 1-8, 2012. Disponível em <<http://scientia-amazonia.org/wp-content/uploads/2016/06/v1-n1-1-8-2012.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

REGINA, A. W. O espaço vivido pelos Panará: o sentido vivido no espaço. CONGRESSO DE FENOMENOLOGIA DA REGIÃO CENTRO OESTE, 4., 2011. Goiânia. **Anais...** Disponível em: <<http://anaiscongressofenomenologia.fe.ufg.br/up/306/o/ComunAdrianaWerneke.pdf>>: Acesso em: 25 jun. 2022.

SACK, R. D. **Human territoriality: Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, F. J. (1995). Dossiê Mundurucu. Uma contribuição para a história indígena da Amazônia colonial. **Boletim Informativo do Museu Amazônico**, 5 (8), p.1-103, 1995.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GeoUERJ**, 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p.24-42.

SCOPEL, D.; DIAS-SCOPEL; R.; LANGDON; E. J. A cosmografia Munduruku em movimento: saúde, território e estratégias de sobrevivência na Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 1, p.89-108, jan.-abr. 2018. <https://doi.org/10.1590/1981.81222018000100005>

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: EdUNESP, 2004. <https://doi.org/10.7476/9788539302741>

SPU - Secretaria de Patrimônio da União. **Registro do Próprio Nacional denominado Terra Indígena Coatá-Laranjal localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas, conforme Processo MP nº 04985.000284/2004-91**. Certidão nº 31/04, Manaus, Amazonas, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União/Gerência Regional do Patrimônio da União no Amazonas. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto69/FO-CX-69-4483-2012.PDF>. Acesso em: 02 jan. 2022.

TEIXEIRA, N. **Para quem ou para além de nós: contribuição do pensamento “primitivo” ou “bárbaro” para o pensar do futuro**. 2.ed. Manaus: Valer, 2016.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Recebido em: 18/04/2022

Aceito para publicação em: 25/08/2022